

POLÍTICA

# Parlamento vota “programa de Governo” da UE

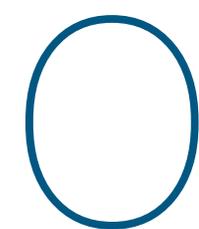
06.07.2016 às 17h21

3



VINCENT KESSLER / REUTERS

A resolução foi aprovada por esmagadora maioria e negociada entre as principais famílias políticas. A eurodeputada Maria João Rodrigues foi a relatora do documento



Parlamento Europeu aprovou esta quarta-feira por 417 a favor e 209 contra uma resolução sobre as prioridades estratégicas para o Programa de Trabalho da Comissão para 2017, o que é considerado como o mais próximo de um programa de governo da UE, num momento em que se debate o Brexit.

Subscrita pelas principais famílias do Parlamento (Partido Popular Europeu, Socialistas e Democratas e Liberais), a resolução – cuja coordenação e redação coube à eurodeputada socialista Maria João Rodrigues – “estabelece um conjunto de prioridades e soluções práticas para os desafios que se apresentam, defendendo o que deve ser feito para que as instituições europeias melhorem as condições de vida e de trabalho dos europeus, para reforçar a recuperação económica, melhorar a segurança, gerir o fluxo de refugiados e proteger o ambiente”, de acordo com uma nota do gabinete da eurodeputada.

Segundo Maria João Rodrigues, “é natural que haja algum desalento em relação à maneira como a UE está a ser conduzida, quando muitas regiões continuam a sofrer níveis inaceitáveis de desemprego, pobreza e falta uma perspetiva de futuro para as gerações mais jovens”.

Os socialistas acreditam que “este não é o momento para atacar as instituições da UE ou para transformar a Europa num campo de batalha entre interesses nacionais. Algumas forças conservadoras, como por exemplo na Alemanha, querem enfraquecer o método comunitário, promovendo o confronto entre países”.

O documento defende que “não é realista acreditar que algum país consiga fazer face aos grandes desafios da atualidade através do regresso às fronteiras nacionais”.

No que toca a Portugal e ao debate sobre as sanções, a vice-presidente socialista destacou que “a parte mais difícil para se chegar a acordo foi sobre a zona euro, em que se defende uma maior convergência económica e social e se conseguiu reconhecer a necessidade de completar união bancária e de um orçamento próprio, para fazer com que a União Económica e Monetária pare de funcionar como uma máquina geradora de divergências entre países”.